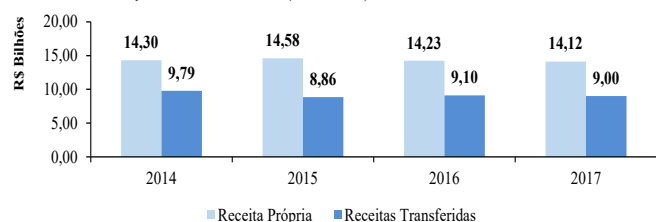


4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R\$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R\$ 9,815 bilhões.

Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)

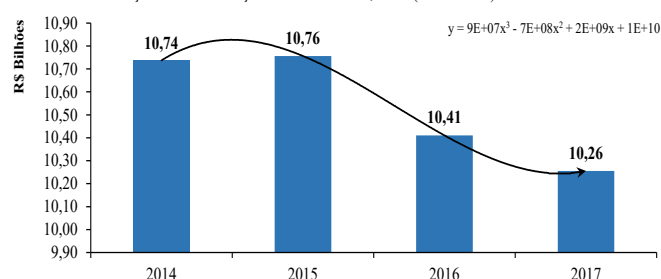


Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017. Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retrairam 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu impactos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)

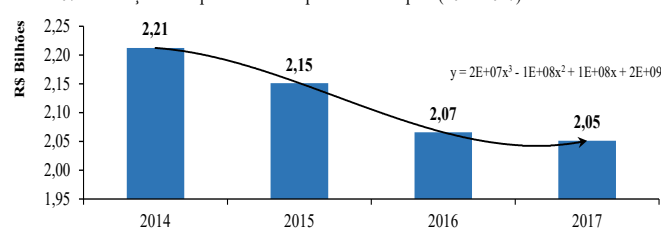


Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017. Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019. Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse contexto, verificou-se no período em exame que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Tapajós aumentou em 10,3%, tendo o município de Itaituba recebido a maior parcela (42%) do total destinado a RI, seguido por Novo Progresso (21%) e Jacareacanga (13%). Outro ponto a destacar, com base no período em análise, é o fato de que o total de ICMS repassado aos municípios da região vem representando cerca de 2,6% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 - Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	2.212.195.854,32	2.151.243.071,59	2.065.861.819,58	2.051.113.567,84
RI Tapajós	53.756.359,28	54.426.449,74	55.590.871,33	59.277.182,12
Aveiro	4.424.391,70	4.517.610,45	4.372.315,73	4.307.338,50
Itaituba	21.015.860,62	20.651.933,49	21.861.578,62	25.023.585,52
Jacareacanga	7.963.905,08	8.174.723,66	8.328.220,42	7.794.231,57
Novo Progresso	11.060.979,27	11.401.588,29	11.867.714,09	12.511.792,76
Rurópolis	4.645.611,31	4.947.859,08	4.580.521,24	4.922.672,56
Trairão	4.645.611,31	4.732.734,77	4.580.521,24	4.717.561,21

Fonte: SEFA, 2019. Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A RI Tapajós possui 189.592 km² de área total, sendo grande parte do seu território (122.129,13 km² ou 64,42%) recoberto por Unidades de Conservação de Uso Sustentável (61.638 km²) e Proteção Integral (24.871 km²), e Terras Indígenas (35.620 km²), além de projetos de assentamento da reforma agrária (6.624,76 km² ou 3,49%), dos tipos Projeto de Assentamento (PA) e Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), sob responsabilidade do INCRA, o que lhe garante um estoque florestal bastante significativo.

No que diz respeito ao desmatamento acumulado, a RI possui um total de 4,00% (7.857 km²) do seu território desmatado, equivalente a 3,00% da área total do estado, segundo dados de 2017. No tocante a Focos de Calor, o município de Novo Progresso apresentou os maiores índices (2.203), seguido por Itaituba (1.523), que, juntos, representam mais de 50% do número de Focos de Calor da RI Tapajós (Tabela 15).

Tabela 15 - Área de Desmatamento acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Tapajós, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatamento Acumulado (km²) (2017)	Números de Focos de Calor
Pará	1.247.955	264.691	49.413
RI Tapajós	189.592	7.857	6.306
Aveiro	17.074	906	516
Itaituba	62.041	91	1.523
Jacareacanga	53.303	274	551
Novo Progresso	38.162	689	2.203
Rurópolis	7.021	328	663
Trairão	11.991	163	850

Fonte: IBGE/PRODES, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou 63,31% de suas áreas destinadas à regularização ambiental com CAR viabilizado, em 2018 (Tabela 16). Entre os municípios que compõem a região, Novo Progresso é o município com a maior porção de área com CAR efetivado (79,37%), seguido por Rurópolis (78,18%) e Aveiro (68,31%).

Tabela 16 - Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Tapajós, 2018

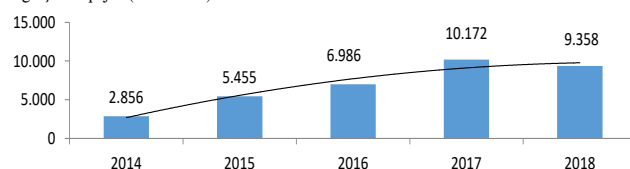
Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastral (km²) (B)	% de Área Cadastral (B/A)	Área de CAR (km²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Tapajós	189.592	41.591,95	21,94	26.330,96	63,31
Aveiro	17.074	4.122,76	24,15	2.816,27	68,31
Itaituba	62.041	13.360,37	21,53	7.416,11	55,51
Jacareacanga	53.303	5.442,04	10,21	2.311,68	42,48
Novo Progresso	38.162	9.791,42	25,66	7.771,66	79,37
Rurópolis	7.021	5.095,04	72,57	3.983,43	78,18
Trairão	11.991	3.780,31	31,53	2.031,82	53,75

Fonte: SEMAS/PMV, 2019.

Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas governamentais de preservação ambiental, o ICMS Verde, aprovado pelo parlamento estadual em 2012, configurou-se como um incentivo maior dado pelo governo do estado aos municípios, de maneira que esses pudessem ampliar suas áreas protegidas e reduzir seus níveis de desmatamento (Gráfico 08). Em se tratando da RI Tapajós, percebe-se que entre 2014 e 2018, a região teve uma participação média de 5,4% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios (Tabela 17). Em 2018, a região contabilizou um montante de R\$ 9,358 milhões, com o município de Novo Progresso detendo a maior parcela (21,12%), seguido por Itaituba (20,87%) e Jacareacanga (16,55%).

Gráfico 08 – Evolução do Repasse de ICMS Verde (R\$1.000,00) para os municípios da Região de Integração Tapajós (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2018.

Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 - Valor de ICMS Verde (R\$1,00) repassado para os municípios da Região de Integração Tapajós (2014-2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
RI Tapajós	2.855.931,35	5.455.119,95	6.985.800,52	10.172.480,11	9.358.210,07
Aveiro	506.735,85	978.447,94	1.119.775,39	1.562.159,94	1.038.718,08
Itaituba	510.145,25	719.110,97	984.532,14	2.074.368,75	1.952.719,53
Jacareacanga	546.528,15	1.288.916,34	1.867.063,98	1.635.785,25	1.549.102,33
Novo Progresso	651.842,41	990.099,84	1.328.292,00	2.085.213,56	1.976.160,62
Rurópolis	257.477,14	756.392,07	690.267,74	1.277.171,48	1.420.177,14
Trairão	383.202,56	722.152,79	995.869,29	1.537.781,14	1.421.332,35

Fonte: SEMAS/PMV, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: Valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.